



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,  
A Administração da BAHIA PCH I S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

Notas	31/12/12		31/12/11		Notas	31/12/12		31/12/11	
<b>ATIVO</b>									
<b>CIRCULANTE</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.457	2.330						
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	2.531	2.405						
Títulos e valores mobiliários	5	-	177						
Impostos e contribuições a recuperar	6	241	842						
Despesas pagas antecipadamente		117	122						
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>11.450</b>	<b>5.986</b>						
<b>NÃO CIRCULANTE</b>									
Impostos e contribuições a recuperar	6	-	49						
Depósitos judiciais		32	32						
Outros ativos não circulantes		986	986						
Imobilizado	7	217.838	220.786						
Intangível		6	9						
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>218.862</b>	<b>221.862</b>						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>230.312</b>	<b>227.848</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros		Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Lucros Acumulados		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>49.174</b>	<b>501</b>	-	<b>6.559</b>	<b>56.234</b>
Aumento de capital	41.893	-	-	-	41.893
Lucro líquido do exercício	-	-	6.812	-	6.812
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(6.559)	(6.559)
Destinações:					
Reserva legal	-	340	(340)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.618)	-	(1.618)
Dividendos propostos	-	-	(4.854)	5.619	765
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>91.067</b>	<b>841</b>	-	<b>5.619</b>	<b>97.527</b>
Aumento de capital	17.870	-	-	-	17.870
Lucro líquido do exercício	-	-	14.669	-	14.669
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(4.854)	(4.854)
Destinações:					
Reserva legal	-	734	(734)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(13.935)	10.451	(3.484)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>108.937</b>	<b>1.575</b>	-	<b>11.216</b>	<b>121.728</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma

### 1 Informações Gerais

A BAHIA PCH I S.A. ("BAHIA PCH I") é uma sociedade de propósito específica (SPE) e foi constituída em 1º de maio de 2007 como uma companhia de capital fechado, 100% Neoenergia S.A. A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA. A energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW com energia assegurada de 19,62 MW. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

### 2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

#### 2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia não futuramente, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probalístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### 2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

#### 2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. São apurados com base no lucro presumido mediante aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda de 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

#### 2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:  
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e  
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### 2.6 - Instrumentos financeiros

##### a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

##### a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

##### a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "resgate"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem teve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

##### b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.
- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

### b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.7 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.8 - Contas a receber de clientes e demais contas a receber

Representam direitos oriundos do fornecimento de energia elétrica, ao contrato de prestação de serviços, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e ao aluguel de instalações. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

#### 2.9 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

#### 2.10 - Empréstimos, financiamentos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

#### 2.11 - Taxas Regulamentares

a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

#### 2.12 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica IPCO 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

#### 2.13 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

#### 2.14 - Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

#### 2.15 - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

#### 2.16 - Novos Pronunciamentos Contábeis

##### 2.16.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) / IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) / IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) / IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) / IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) / IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) / IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

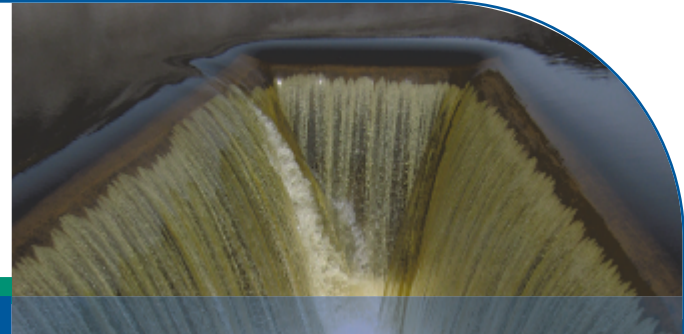
	Nota	31/12/12	31/12/11
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	14	<b>30.153</b>	<b>27.800</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	15	<b>(9.569)</b>	<b>(9.171)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>20.584</b>	<b>18.629</b>
Despesas gerais e administrativas		(471)	(514)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>20.113</b>	<b>18.115</b>
Receitas financeiras	16	3.965	699
Despesas financeiras	16	(7.120)	(10.900)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>16.958</b>	<b>7.914</b>
Imposto de renda e contribuição social		(2.289)	(1.102)
Corrente		(2.289)	(1.102)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>14.669</b>	<b>6.812</b>
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$		0,13	0,07

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/12	31/12/11
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	16.958	7.914
<b>AJUSTES PARA CONCILIAÇÃO O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Depreciação e amortização	5.369	5.369
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	6.628	7.675
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	24	5
<b>28.979</b>	<b>20.958</b>	
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(126)	(152)
IR e CSLL a recuperar	(154)	(122)



→ Continuação

### 8 Fornecedores

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica:	2.341	-
Terceiros	2.341	-
Encargos de uso da rede	56	61
Partes relacionadas	56	61
Materiais e serviços	1.543	4.903
Terceiros	1.543	3.502
Partes relacionadas	-	1.401
Energia livre	-	9
<b>Total</b>	<b>3.940</b>	<b>4.973</b>
Circulante	3.940	4.973

### 9 Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
BNDES	TJLP + 1,92% a.a.	244	79.842	87.751	95.495		
(-) Garantias depósitos vinculados		244	79.842	87.751	95.495		

O financiamento com o BNDES com o propósito de financiar parte da construção da PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, e será amortizado em 168 parcelas mensais e sucessivas, a partir de junho de 2010 até maio de 2024. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 1,92% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os saldos apresentados em garantias, depósitos vinculados, referem-se a aplicações financeiras requeridas em contratos de empréstimos com finalidade de garantia real. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12	31/12/11
2013	-	7.665
2014	7.665	7.665
2015	7.665	7.665
2016	7.665	7.665
2017	7.665	7.665
Após 2017	49.182	49.182
<b>Total obrigações</b>	<b>79.842</b>	<b>87.507</b>

(-) Garantias depósitos vinculados (3.858) (3.709)

**Total** 244 7.665 79.842 87.751 95.495

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>7.988</b>	<b>83.798</b>	<b>91.786</b>
Encargos	6.889	-	6.889
Transferências	7.665	(7.665)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(14.633)	-	(14.633)
(-) Garantias depósitos vinculados	-	(149)	(149)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>7.909</b>	<b>75.984</b>	<b>83.893</b>

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>7.988</b>	<b>83.798</b>	<b>91.786</b>
Encargos	6.889	-	6.889
Transferências	7.665	(7.665)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(14.633)	-	(14.633)
(-) Garantias depósitos vinculados	-	(149)	(149)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>7.909</b>	<b>75.984</b>	<b>83.893</b>

### 10 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	151	159
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	97	94
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	56	57
Programa de integração social - PIS	16	16
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	73	72
Instituto nacional de seguridade social - INSS	103	260
Imposto sobre serviços - ISS	90	170
Outros	101	96
	<b>687</b>	<b>924</b>

### 11 Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias "Classe A".

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>10.364</b>	
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	8.338	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>18.702</b>	

O cálculo dos dividendos obrigatórios está como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</b>		
Ações ordinárias	108.937	91.067
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>		
Lucro líquido do exercício	14.669	6.813
Constituição da reserva legal (733)	(733)	(341)
Base de cálculo do dividendo	13.936	6.472
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>3.484</b>	<b>1.618</b>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</b>		
Dividendos Propostos	3.484	6.472

### 12 Provisões Passivas

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências	
	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011		
Constituição	24	24
Saldo em 31 de dezembro de 2012	24	24

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

	Valor atualizado	Expectativa de perda	Valor provisionado
	Ref.	Instância	31/12/12
Outras	24	1ª, 2ª e 3ª	24
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>Provável</b>	<b>24</b>

	Valor atualizado	Expectativa de perda	Valor provisionado
	Ref.	Instância	31/12/12
Outras	24	1ª, 2ª e 3ª	24
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>Provável</b>	<b>24</b>

(a) Referente a mandado de segurança para suspender os efeitos do Auto de Infração, e permitir a continuidade das atividades de implantação da PCH Sítio Grande. Refere-se também a processo administrativo de resgate de fauna e desmatamento.

### 13 Patrimônio Líquido

a) Capital social  
Foi autorizado o aumento de capital da companhia no montante de R\$ 17.870 em Assembleia Geral Extraordinária em 17 de fevereiro de 2012.

Atualmente o capital social subscrito em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 108.937 (R\$ 91.067 em 31 de dezembro de 2011).

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações		%
	Única	Ações Ordinárias	
Neoenergia	108.937		100,00%
<b>Total</b>	<b>108.937</b>		<b>100,00%</b>

b) Reserva legal  
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

### 14 Receita Líquida

	31/12/12	31/12/11
Fornecimento de energia	29.845	28.593
Receita de operação e manutenção	29.845	28.593
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.450	259
Total receita bruta	31.295	28.852
(-) Deduções da receita bruta	(1.142)	(1.052)
<b>Total receita operacional líquida</b>	<b>30.153</b>	<b>27.800</b>

	31/12/12	31/12/11
IMPOSTOS:		
PIS	(203)	(187)
COFINS	(939)	(865)
<b>Total</b>	<b>(1.142)</b>	<b>(1.052)</b>

### 15 Custos e Despesas Operacionais

	31/12/12		31/12/11	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(106)	-	(106)	(24)
Serviços de terceiros	(2.787)	(414)	(3.201)	(2.655)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(48)	-	(48)	(59)
Energia elétrica comprada para revenda	(274)	-	(274)	(672)
Encargos de uso de rede	(757)	-	(757)	(771)
Depreciação e amortização	(5.367)	(2)	(5.369)	(5.307)
Arendamentos e alugueis	(41)	(10)	(51)	(23)
Tributos	(7)	(4)	(11)	(4)
Provisões líquidas - contingências	-	(23)	(23)	-
Outros	(182)	(18)	(200)	(170)
<b>Total custos/despesas</b>	<b>(9.569)</b>	<b>(471)</b>	<b>(10.040)</b>	<b>(9.685)</b>

### 16 Resultado Financeiro

	31/12/12	31/12/11
<b>Receita Financeira</b>		
Renda de aplicações financeiras	668	694
Varição monetária	4	-
Outras receitas financeiras	3.293	5
<b>Total</b>	<b>3.965</b>	<b>699</b>
<b>Despesa Financeira</b>		
Encargos de dívida	(7.080)	(10.454)
Varição monetária	(9)	(365)
Outras despesas financeiras	(31)	(81)
<b>Total</b>	<b>(7.120)</b>	<b>(10.900)</b>

### 17 Saldos e Transações Com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	Uso da Rede	-	56	(759)	-	61	(810)
	Prestação de serviço	-	-	(2)	-	-	(8)
	Outros	-	-	-	1	-	-
		-	<b>56</b>	<b>(761)</b>	-	<b>62</b>	<b>(818)</b>
CELPE	Debêntures - Aplicação/Emissão	37	-	-	-	-	-
	Debêntures - Aplicação/Emissão	6	-	-	-	-	-
	Outros	6	-	-	-	-	-
ITAPEBI	Debêntures - Aplicação/Emissão	57	-	-	-	-	-
	Outros	-	1.305	-	-	1.288	-
		<b>57</b>	<b>1.305</b>	-	-	<b>1.288</b>	-
GERAÇÃO CIII	Outros	-	-	-	2	-	-
		-	-	-	<b>2</b>	-	-
NEOENERGIA	Prestação de serviço	-	-	(1.889)	-	1.401	(1.788)
SERVIÇOS	Outros	-	-	(1.889)	-	1.401	(1.788)
BAGUARI I	Outros	-	-	-	-	3	-
		-	-	-	-	<b>3</b>	-
RIO PCH I	Outros	-	-	-	-	4	-
		-	-	-	-	<b>4</b>	-
Neoenergia S.A.	Dividendos	-	18.702	-	-	10.364	-
	Contrato de Mútuo	-	-	-	-	20.970	-
		-	<b>18.702</b>	-	-	<b>31.334</b>	-

### 18 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas  
A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social  
A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata;
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

Ativo	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	8.457	8.457	2.330	2.330
Títulos e valores mobiliários	-	-	177	177
Contas a receber de clientes e outros	2.531	2.531	2.405	2.405

Passivos  
Fornecedores (3.940) (3.940) (4.973) (4.973)  
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional (83.893) (83.893) (91.786) (91.786)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:  
• Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;  
• Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e  
• Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado

Fatores de risco  
• Riscos financeiros  
• Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao TJLP.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	194	145	97
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	7.627	9.533	11.440

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxas de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

Riscos de liquidez  
O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco